

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Monografia que apresento à Banca Examinadora, composta pelos professores Josefa Gomes de Almeida e Silva (Orientadora), Genny da Costa e Silva (Coordenadora) e Eliete de Queiroz Gurjão da Silva (Membro), indicados pela Comissão Coordenadora de Trabalhos Monográficos do Curso de Bacharelado em História.

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

1 9 8 3

13

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

A SECA NO NORDESTE; FENÔMENO CLIMÁTICO E/OU SOCIAL

Laura Maria do Carmo de Castro Passos

Monografia que apresenta à Banca Examinadora, composta pelos professores Josefa Gomes de Almeida e Silva (Orientadora), Genny da Costa e Silva (Coordenadora) e Eliete de Queiroz Gurjão da Silva (Membro), indicados pela Comissão Coordenadora de Trabalhos Monográficos do Curso de Bacharelado em História, em atendimento às exigências de conclusão do curso.

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

1 9 8 3



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

INTRODUÇÃO

A pretensão deste estudo intitulado: A SECA NO NORDESTE; FENÔMENO CLIMÁTICO E/OU SOCIAL, se constitui uma revisão bibliográfica a respeito da abordagem sobre este fenômeno. É comum detectar-se que ao ser focado o fenômeno climático, mesmo quando não se tenciona referir-se ao social ele emerge nas entrelinhas do discurso, de relatórios, de comissões e de planos oficiais encomendados para resolver a questão climática. O tratamento dado ao problema social, à medida que é visto como questão secundária, torna-se de explicação tendenciosa.

A análise interpretativa do assunto será estudada a partir da seca de 1877-79. No entanto, é nosso propôsito acompanhar o encadeamento das medidas governamentais do período republicano, enfatizando sobretudo a fase do DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS e a SUPERINTEN-DÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, ou seja de 1945 - 1959.

Justificamos nosso interesse sobre esta fase comvista a conhecer melhor a atuação destas entidades, diante da

crítica situação social que enfrentava o Nordeste. Adiantamos que não temos soluções acabadas, mas é nosso propósito avaliar o papel desempenhado pela chamada "indústria da seca", no jogo das soluções e alternativas apontadas e executadas por estes órgãos. Através deste estudo procuramos captar os ganhadores e perdedores, o que aliás não se constituiu tarefa difícil.

Percebemos que a criação destes órgãos planejadores de uma política voltada para atender as questões sociais da região contribuíram para a manutenção da indústria da seca e portanto, da continuidade da miséria. Para a confirmação desta realidade fizemos um estudo do quadro social, econômico e político do Nordeste. E ao assumirmos posição crítica sobre o tema, verificamos que as raízes dos males que afligem o homem da região não se encontram na estiagem, mas, principalmente na manutenção da estrutura fundiária, nas relações sociais de produção tradicionais, responsáveis ainda pelo poder político que permanesse, de certa forma, inalterado.

1. A CONJUNTURA NACIONAL; UMA ABORDAGEM INTERPRETATIVA

Tomamos como ponto de partida desde nosso estudo a sêca de 1877-79, por ser essa fase a da transição das relações de produção escravistas para as relações assalariadas capitalistas. O período coincide ainda com os movimentos em favor da República e a lenta inserção da economia brasileira no processo de expansão imperialista sobretudo no Nordeste.

Este processo assume características bem definidas no pós-guerra quando se dá a reorganização das atividades econômicas e políticas do Brasil, no sentido de canalizar suas diretrizes no atendimento das exigências do capital monopolista internacional.

Para alguns autores 1870 é um marco definidor da política econômica do Imperialismo, com o declínio da hegemonia inglesa na economia capitalista, e a conseqüente ascensão norte-americana. Os Estados Unidos da América emergia como Grande Potência, concorrendo no mercado mundial. Tal situação provocou rivalidades entre nações, na disputa de mercado, dando ensejo a Política Imperialista. (1)

A interferência da política Imperialista no Brasil, com a introdução de capital e de investimento ^{de} de bens de produção, promoveu uma dependência do país do capital financeiro, gerando implicações na economia, na política, de graves consequências sociais. A partir do final do século XIX, o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho, na condição de fornecedor de matéria-prima para as Grandes Potências.

Em um contexto de economia capitalista deste nível, naturalmente que os investidores estimulam os setores lucrativos. O declínio da economia nordestina se agrava com a lenta perda de mercado para o açúcar diante da concorrência com o açúcar das Antilhas, e o de beterraba na Europa de custos inferiores. Enquanto a cafeicultura se apresentava como setor agrícola de mercado favorável e preço elevado. Para o Centro-Sul se encaminharia além da mão de obra escrava, através de um comércio inter-regionale iniciava-se a partir da segunda metade do século XIX a introdução do trabalhador livre estrangeiro. (2)

No Sul o escravo irá atender às necessidades da nova atividade econômica. A cafeicultura assume importância singular na economia do país e sua expansão para atender o mercado externo, conduzirá a sua inserção na divisão internacional do trabalho. Este processo vai promover o crescimento dos centros urbanos no Sul do país, dando ensejo ao desenvolvimento do mercado interno que era abastecido por pequenos produtores de gêneros alimentícios. É certo, no entanto que isto não se dava de modo tão fácil. Pois, na medida que a expansão cafeeira se acentuava, a tendência era cada vez mais concentrar as

terras dificultando a vida do pequeno produtor.

Do ponto de vista dos empréstimos, a economia brasileira entra numa escala acelerada de emprego de capitais externos para urbanização interna, para mecanização de suas atividades agrícolas e para manutenção da classe oligárquica mantenedora dos interesses imperialistas dentro do país.

Em menor escala, o Nordeste seria beneficiado com recursos externos, captados inclusive pelos órgãos responsáveis pela política da região, sem contudo provocar qualquer mudança na estrutura fundiária, prosseguindo, portanto, a mesma estrutura social.

A Primeira República (1889-1930), institucionaliza o Coronel com as características que lhes eram peculiares: o latifúndio, o voto de cabresto, o mandonismo e a subordinação do trabalhador a ele. Daí, poder-se afirmar que o novo regime político não trouxe nenhuma transformação substancial, em termos de relações sociais de trabalho, pois, ele continuava atrelado ao latifúndio. No Nordeste o período após a República consolidava o compromisso entre o poder constituído e os "Coronéis", harmonizando-se os interesses do poder central com a perpetuação da grande propriedade. (3)

Paralelamente a este quadro registra-se a partir de 1930 um crescimento urbano, um avanço dos meios de transporte e comunicação e ainda um aumento demográfico bastante significativo concentrado nas cidades. Emerge deste processo a classe média, contingente eleitoral que, veio debilitar a barganha de votos dos coronéis. A expansão desta classe portadora

de um pensamento político divergente alicerçada na ideologia burguesa modernizante, implicaria, obviamente, na ordenação do trabalho assalariado. (4)

*Caminhava-se para o Estado Novo⁽⁵⁾, de nítidas características burguesas que restringia o Poder do Coronel, mantendo inalienável a estrutura fundiária. Isto porque os interesses burgueses estavam intimamente ligados ao setor agrário exportador. Este quadro tendera a se agravar em termos do Nordeste, cuja estrutura agrária mantida em padrões tradicionalistas, estava em discordância com o avanço do capitalismo financeiro.

Com o após segundo conflito mundial (1939-1945), houve um alerta em relação às distorções de renda entre a Centro-Sul e o Nordeste, com perspectivas de alteração na distribuição dos recursos federais em favor do Nordeste. O agravamento das condições sociais nesta área e a subsequente formação de organismos contestadores da situação vigente, apoiados pela Igreja, que congregava milhares de camponeses constituíram-se em alerta às autoridades constituídas que passaram a repensar o problema por via de órgãos planejadores.

Dentro desta perspectiva histórica esboçaremos uma breve cronologia das principais tomadas de decisões com relação as estiagens nordestinas, que será tema do capítulo que se segue.

2. A SÉCA DO NORDESTE: FENÔMENO CLIMÁTICO E/OU SOCIAL

É interessante que o fenômeno das secas nordestinas continui a ser um assunto "palpitante". Muitos estudos dele têm se ocupado com a finalidade de encontrar resposta para este fenômeno, utilizando os mais variados conhecimentos tecnológicos e das ciências humanas. (6)

Aliás, este assunto tem sido fator de preocupações de épocas tão distanciadas que já não devia constituir tema palpitante. Secas periódicas no Nordeste se registram continuamente, embora, tenha recebido uma maior atenção às de "1721/25, 1777/78, 1790/93, 1824/25, 1877/79", nos séculos passados. A persistência do fenômeno das secas castigou também o século XX em anos intermitentes, tais como: 1903/04, 1915, 1919/22, 1932/37, 1942, 1951, 1958/59, data que marca a criação da SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, órgão este destinado a planejar a economia nordestina e, resolver a crise social em estado de tensão latente.

Entre os objetivos que a SUDENE se propunha solucionar destaca-se a questão da estiagem e suas conseqüências econômico-sociais e políticas, já que a seca em parte é produto

de um grupo político que dela extrai milhões que alicerçam a "indústria da seca". (7) Apesar de merecer o problema um tratamento especial, enfrentou contudo a SUDENE o impacto da seca de 1970, após onze anos de sua instalação e de exaustivos planos diretores. Tudo indica que foram frustradas todas estas iniciativas e o tema continuava a ser palpitante.

Realmente a questão aguça a curiosidade de cientistas e leigos, entre os quais nos incluímos. E, foi sobretudo este espírito de curiosidade que nos levou a tentar estudá-lo para melhor compreender o problema. Reconhecemos a importância de um estudo mais apurado dos problemas suscitados e alternativas diagnosticadas para as estiagens de passado remoto, mas nos limitaremos a focar as secas compreendidas entre os anos de 1945 a 1970, e somente como contribuição histórica da questão, faremos um esboço das secas ocorridas durante o período de 1877 a 1932, com relação as suas conseqüências na Paraíba, em especial, dectar os protagonistas ganhadores e perdedores das estiagens naqueles momentos para os localizar no presente.

2.1 - BREVE HISTÓRICO DAS SECAS

Quando tratamos de uma questão como esta que nos leva a caminhos eqüidistantes, situamo-nos perante um impasse por demais delicado, o da demarcação cronológica do estudo a ser feito.

Como bem ficou claro não se pretende voltar aos detalhes minuciosos do fenômeno, e sim as linhas gerais que

identificam a política de combate ao mesmo.

Inicia-se o período aqui estudado com a "grande seca" de 1877 por seu alcance drástico. Estabeleceu-se então uma Comissão Imperial de Inquérito com o objetivo de estudar meios de evitar futuros desastres da mesma natureza. Essa Comissão foi destinada a melhorar os transportes na área do polígono, também a construção de instalações portuárias e várias linhas férreas, como de barragens grandes e pequenas, sendo uma das três maiores a do Açude Cedro em Quixadá no Ceará, com capacidade para 128 milhões de metros cúbicos. A obra foi interrompida diversas vezes por falta de verbas e por dificuldades técnicas, até quando contou com a colaboração de um engenheiro inglês.

Em 1900 é baixado um Decreto no qual fica estabelecido a criação de um fundo especial de socorro a ser empregado principalmente em obras públicas.

X Esse não é o momento de se brincar com política, ao contrário, o Nordeste representava um verdadeiro barril de pólvora encharcado de "cangaceiros e fanáticos" frutos da crise regional da economia agrária da região e da já secular estrutura fundiária que joga os camponeses nas mãos do grande proprietário, ou os joga nos bandos de cangaceiros, ou em torno de pseudo-santos milagreiros, como assim o foram o bando de Lampião e os beatos do Pe. Cícero Romão Batista, como também a formação dos bandos de jagunços ou/e capangas em torno dos grandes latifundiários coronéis locais como suas guardas particulares.

Mais, verbas s^õ, n^ão iriam solucionar o problema, tratava-se pois, de, se n^ão por fim, ao menos reduzir a pr^ãtica de desvios e corrupç^ões da pol^ítica de combate às s^ecas em pr^ãtica desde 1877 com as retiradas abusivas de g^êneros de socorro aos flagelados. Como bem exemplifica Jos^e Am^érico.
(8)

Formaram-se de 1877 a 1918, uma variedade de comissões ineficientes com o car^ãter puramente empreguista. E é no intuito de unificar essas diretrizes que se institui a INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS S^ECAS - IFOCS⁽⁹⁾. Tinha por finalidade acabar com a m^ã administração das obras de combate ao fen^ômeno, e a descontinuidade dos trabalhos que eram sucessivamente interrompidos pelos motivos antes anunciados.

Os maiores problemas que a Inspetoria teria que enfrentar seriam os relativos ã distribuiç^ão de fundos de socorro e de g^êneros que o Governo Federal enviava aos estaduais e a partir daⁱ n^ão mais se sabia o destino, e quando se sabia o governo fazia vista grossa. Tamb^êm teria que acabar com o descr^édito que assolava a opini^ão p^ública quanto à pol^ítica de açudagem j^ã que estes como tamb^êm as estradas eram constru^ídas para beneficiar propriedades de amigos ou para consolidar a influ^ência pol^ítica de alguns chefes locais.

Tratava-se de por ã frente da Inspetoria uma equipe de t^écnicos e principalmente engenheiros pois esses tradicionalmente eram uma elite resultante da influ^ência do positivismo franc^ês e do prest^ígio das escolas de engenharia do Brasil, logo os altos cargos e mandatos deveriam pertencer e serem de proced^ência de engenheiros.

Teria ainda de enfrentar um outro grande problema estes órgãos. Tratava-se de conter a emigração para os centros urbanos a fim de se prevenir tensões sociais.

Porém a realidade era outra pois no período que vai desde a "grande seca" até 1920 teve-se um exôdo por demais acentuado em direção principalmente ao interior do Ceará, mais propriamente à cidade de Juazeiro. É nesta cidade onde os flagelados encontravam ocupação e consolo. A ocupação era ser jagunço de grandes proprietários e o consolo o Pe. Cícero fornecia, durante suas pregações, quando arregimentava os "cabras" - coisa que fêz muito bem o Padre - para trabalharem quase que gratuitamente nos grandes latifúndios. Esse fenômeno social era uma constante marcada pelas insurreições de 1817. Portanto evitar emigração é tarefa da qual vem lidando o governo desde o século passado, até os nossos dias.

Com a chegada de outra estiagem - 1915, a Inspeção tem nova direção, pois seu primeiro diretor o engenheiro Arrojado Lisboa, demitiu-se em 1912 por não suportar a falta de condições financeiras que segundo ele tornou o órgão ineficiente, dentro de uma crise econômica nacional consequência da baixa nos preços do café e do fim do boom da borracha. ⁽¹⁰⁾ Sendo assim a única obra louvável da Inspeção foi ter preparado um grande número de técnicos e cientistas que fizeram levantamento de dados sem os quais, não seria possível a instalação de açudes, poços e estradas. Porém a ineficiência e desutilidade da Inspeção foi muito bem retratado por Ildefonso Albano no livro de José Américo: "(...)! É um órgão inútil a Nação, é um peso morto no orçamento, mantido assim propositada

mente, não para resolver o problema, mas para que nós flagelados não tenhamos pretexto para gritar, para que não tenhamos a impressão de que estamos esquecidos". (11)

Comprovadamente a Inspetoria só beneficiou "os de sempre" obedecendo a uma política regionalista de receber mais o Estado que tiver maior poder de barganha, ficando os demais na espera das sobras das verbas. A fim de tentar mudar a imagem da própria ineficiência e desperdício, a Inspetoria mudou de nome em 1918, o que precede a mais um longo e tenebroso período de estiagem que é de 1919 a 1922.

Nesse período se erguem as esperanças de que o problema irá ter fim quando da posse de um Nordesteño a Presidência da República, o Sr. Epitácio Pessoa que em seu discurso de abertura do mandato afirma: "Senhores membros do Congresso Nacional. - As secas que, intermitentemente, assolam alguns Estados do Nordeste também tem sido causa de incalculáveis prejuízos de ordem material e moral, que não atingem somente as populações martirizadas, mas também a economia geral da Nação". (12) Porém a prática diferiu do discurso.

O Sr. Epitácio Pessoa gastou, em 1919 quando assumiu, a 1923 quando do término de seu mandato, cerca de 378 contos de réis. A maior parte desta quantia foi gasta no transporte dos equipamentos adquiridos no exterior além de parcela paga aos contratantes estrangeiros. Para a aquisição de bens de capital e financiamento, recorreu o Presidente Epitácio Pessoa aos bancos nova-iorquinos e tudo se resolveu com um empréstimo de 75 milhões de dólares em fins do ano de 1921 princípio do ano de 1922. E como iniciativa política criou um "Fundo Es

pecial para Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis do Nordeste" no qual seriam depositados empréstimos especiais e também 2% da receita da União acrescido a contribuições regulares dos Estados nordestinos.

Só para ilustrar os gastos do governo epitacista vemos que em 1922 foram adquiridos 77 locomotivas e 428 vagões (13) para expansão da linha férrea que ligava a Paraíba ao Ceará. Que fique claro serem essas ferrovias de Khow How norte americano e inglês e que a estrada que cortaria a Paraíba visava levar a Linterlândia comércio de gêneros e manufaturas, e trazer o flagelado migrante para os centros urbanos onde formaria o exército de reserva de mão-de-obra quase que gratuita para os coronéis dos vales caririenses.

Não se trata pois de uma política progressista que tem seus primórdios, com Epitácio, é o início de uma política entreguista que tem seu auge com Juscelino Kubitschek.

O sucessor de Epitácio Pessoa, Artur Bernardes dispôs-se, ao assumir a Presidência em 1922, a conter os gastos e investimentos em execução no Nordeste. E como medida inicial da sua política aboliu o Fundo Especial criado no governo anterior. Como se não bastasse o governo Bernardino instituiu o Decreto de nº 16.769, de 07 de janeiro de 1925 no qual estabelece a suspensão, durante todo o ano de 1925, de execução de obras públicas pelos diversos Ministérios.

Artur Bernardes representa uma nova facção política, sendo ele mineiro, logo sua política volta às costas para o Nordeste e incentiva o desenvolvimento do Sudeste. Enfrentou esta Presidência pressões do movimento Tenentista em

1924 o que forçou gastos excessivos na aparelhagem de repres
são, motivo este, que justificava escassear as verbas para o Nor
deste.

O seu sucessor Washington Luís (1926-1930) se enquadra numa política de abertura de estradas no Sudeste, ao mesmo tempo que se propunha repensar uma reforma financeira para o Brasil diante de crise econômica mundial, a de 1929. Com o déficit da balança comercial brasileira agravou-se a cri
se política que deu ensejo a revolução de 1930 e a consequente ascensão ao poder de Getúlio Vargas (1930-1945). Retomando o modelo político epitacista convoca Getúlio Vargas para o Minis
tério de Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida, que logo teve que enfrentar as secas de 1931 e 1932 e fiscalizar os recursos destinados ao socorro dos flagelados.

Estas secas foram de consequências gravíssimas, sobretudo no Ceará. Para deter o êxodo rural, cuidou o Minis
tério de estabelecer campos em várias cidades deste estado (For
taleza, Patu, Crato, Quixeramobim e outras). O remédio, no en
tanto, mesmo como novidade de um entendido escritor do fenôme
no e da realidade nordestina causa estranheza.

A respeito do assunto comenta Orris Barbosa:
 "Esses campos ocupados por vastas caiçaras monstruosas - mui
tas das quais tinham as paredes incertas formadas de bosta de boi cimentando galhos secos - chegavam a comportar num só dia 105.000 flagelados". (14)

Registrando o fato comenta ainda que estes cam
pos vigoraram durante todo ano de 1932-1933, custando à nação

a importância de 6.510:000\$000, que se destinaram a amenizar a fome de 800.000 nordestinos "pelo fornecimento de 18.946.196 rações distribuídas.

Apesar da Inspetoria ter elaborado deste 1931 um plano de obras contra as secas, na realidade em 1932 a atuação foi caracteristicamente de improvisação. Estes povoados, chamados de "campos de concentração", atraíam milhares de nordestinos que seriam selecionados de acordo com sua capacidade para os serviços de obras públicas. Chegavam a estes campos os "caminhões velozes e empoeirados partiam cheios de ferramentas e trabalhadores", que seriam dispersos para os locais de serviços, aproveitando-se inclusive o braço feminino e de menor nos trabalhos considerados mais leves. Deste modo se esperava "dar um fim, de qualquer jeito, aquele espetáculo horroroso dos campos de concentração".

A citação dispensa comentários. A nova solução revela a calamidade e é também uma calamidade, em termos de Governo, dito revolucionário e sensível a sorte dos nordestinos pobres "multidões errantes aterrorizavam as cidades que clamavam para os poderes públicos, retransidas diante de as saltos iminentes às suas reservas pelas massas nauseabundas e terríveis."

As cidades nordestinas assiatiam o "desfile(...) de andrajosos que, formando um exército silencioso de caquêticos, com a moral abatida pelos estômagos vazios, iam dispostos à prática de todos os actos de desatino, sem terras, sem água, sem pão". (15)

Na condição de Ministro, José Américo de Almeida visitou todo o sertão do Nordeste dando prosseguimento a política de obras ditas públicas, ofereceu oportunidade de ocupação para 270.000 trabalhadores, com família em média de quatro pessoas, o que equivalia manter a miséria de 1.080.000 nordestinos. Um novo Decreto, nº 177 assinado em 1934, inovou exclusivamente em termos quantitativos ao destinar 3% da receita federal para o Nordeste e 1% para as emergências.

O célebre crítico das políticas governamentais, José Américo, não utilizou seus conhecimentos para imprimir uma política em favor das camadas sofridas do Nordeste. Seria, convocado em 1953, ocupando o mesmo Ministério, para enfrentar outra estiagem e um Nordeste ainda mais empobrecido.

3. A INDÚSTRIA DA SECA

A política da Sudene ao objetivar um plano de longo prazo voltado para a infra estrutura da região, construindo açudes que foram meros concentradores de bilhões de metros cúbicos de água em centenas de propriedades privadas. Programas de irrigação foram executados exigindo altos custos, tecnologia e financiamentos.

A irrigação propõe fundamentalmente, fixar o trabalhador na terra, porém na prática aumentava o número de desempregados na medida em que utiliza essencialmente capital-intensivo, obrigando a população expropriada a se mobilizar em direção aos vales.

A população expropriada pelo DNOCS em sua maioria não possui título de posse de terras, requisito principal exigido pelo órgão para indenizá-las. Daí que a minoria de grandes proprietários receberam indenização, pelas terras de spropriadadas para execução de projetos de irrigação. Além de que a irrigação não é aplicável em áreas do semi-árido por ser o solo em sua maioria de alto teor de salinização⁽¹⁶⁾ coisa que impede a execução do projeto, e que conseqüentemente im

pede também que a maior parte dos flagelados, aqueles mais drasticamente atingidos, que são os da agricultura de subsistência, sejam beneficiados com assistência técnica/financeira pelos órgãos federais. O alto custo, a sofisticação demasiada dos projetos não coadunavam com as necessidades e capacidades da área.

De acordo com essa perspectiva a saída seria procurar-se novos meios para resolver o problema; mais o que ocorre é que na prática os órgãos federais insistem em manter a mesma política de sêcas, e assim era garantido o status quo da indústria da seca.

X A sêca enquanto fenômeno geo-físico provoca a formação dos aglomerados de flagelados, que provêm basicamente do setor da agricultura de subsistência, o setor fundamentalmente atingido; esses por sua vez sem renda, pois não produzem sendo auto-subsistentes, se vêem diante de duas alternativas quais sejam: ou trabalham dobrado a um preço ínfimo para o grande proprietário ou emigram para os núcleos urbanos onde formarão os mocambos e favelas, e ocuparão sub-atividades ou ficarão desempregados.

Para o grande proprietário não havia vantagem manter em suas terras essa mão-de-obra excedente em razão da estiagem mais sobretudo por lhe ser vedado o acesso a terra. No caso do êxodo agravava-se o problema social nos centros urbanos incapazes de absorverem essa mão-de-obra. Avoluma-se o número de desempregados e gera-se o subemprego servindo assim como elemento de rebaixamento da política salarial. Considere-se ainda, que a presença progressiva desta população nos centros

urbanos deixa-a "vulnerável a uma manipulação ideológica que pode ser matizada ou revolucionária, frequentemente mais de cunho populista", (17) não sendo possível à cidade absorver no seu quadro de empregos um número crescente de desempregados rurais já que seu desenvolvimento industrial é inversamente lento em relação à ascendência demográfica.

Para enfrentar essa situação oficializa as frentes de trabalho utilizando-se antigas soluções tais como: construção de estradas e açudes, como meio de reter o trabalhador rural ao mesmo tempo que abafa as tensões sociais. Emergindo desse processo o trabalhador temporário, sem vínculos com a terra, bem como de quaisquer direitos trabalhistas, irão engrossar as fileiras dos "biscaiteiros", dos "bóias-frias" que formaram as pontas de ruas nas quais um excedente de trabalhadores ficam expostos a espera da oferta de trabalho e a toda sorte de exploração.

3.1 - A ESTRUTURA FUNDIÁRIA SALDO SOCIAL

Os traços essenciais da estrutura fundiária nordestina estão alicerçados em arcaicas relações sociais de produção, legado da Colônia, que se manteve no decorrer do Império e persiste quase inalterados até os nossos dias. Em síntese a complexa estrutura fundiária se reduz a simples existência do latifúndio, explorador do braço escravo ou o "trabalhador livre", submetido à sujeição do grande proprietário. No decorrer desse período histórico acentuou-se a concentração dos

meios de produção nas mãos de uma minoria, que dispõe de mão-de-obra em número suficientemente elevado e sem condições de acesso a terra e por isso subordinadas as mais torpes explorações.

À guisa de lembrete, torna-se necessário atentar para o fato da economia brasileira se assentar com base no setor agro-pecuarista, sendo nesta atividade que o Nordeste consolidou seu domínio. Tanto é assim que no intermédio do latifúndio canavieiro e criatório, a quase única perspectiva para o homem livre era produzir alimentos para abastecer os latifúndios e os centros urbanos em crescimento. Nesta função alguns conseguiram se apossar de terras instituindo a pequena propriedade. Esta, distanciada ou não do latifúndio, situada em nesgas de terras de qualidade inferior, nem sempre pode enfrentar o poderio avassalador do grande proprietário, cujo objetivo primordial era a economia de mercado.

Diante deste dilema, o pequeno produtor ficava exposto a prepotência do latifúndio, que se apropriava do trabalho e de parte da produção de subsistência como meio de pagamento pelo uso da terra. Ao persistir no Nordeste relações sociais de produção pré-capitalistas, confrontando-se a economia de mercado com a produção de subsistência, a distribuição social da renda, naturalmente, era acentuadamente desigual.

O resultado desta situação foi a centralização de poder econômico, social e político nas mãos dos latifundiários, cuja figura mais representativa passou a história com a denominação de "Coronéis". Com a República dar-se a constitucionalização da estrutura coronelista de poder, em razão do fato de ter estendido sua influência da esfera de mando local

ou provincial atingindo até o poder central ⁽¹⁸⁾. O Processo eleitoral se fundamentava no "voto de cabresto" que excluía a representação da vontade popular nos mais diversos níveis de cargos eletivos.

Assim sendo permaneceu o trabalhador nordestino, mesmo quando assalariado, atrelado aos latifundiários ou seja "donos do poder". Os compromissos firmados entre coronéis e governo central, no Império e na República possibilitaram o encadeamento dos interesses políticos voltados no sentido dos interesses econômicos dos grandes proprietários.

3.2 - BALANÇO FINAL

Quando chegamos ao ano de 1983 e abrimos os jornais e revistas deparamo-nos com atitudes governamentais comuns do ponto de vista social-político no que diz respeito ao fenômeno da seca. A reação é a mesma que em 1920 fez José Américo tachar a questão de palpitante.

Mas pergunto, até que ponto ainda é palpitante tentar-se estudar o fenômeno nos mais variados aspectos e consequências?

Talvez seja "palpitante" saber que a área denominada "Polígono das Secas" aumentou sua extensão desde ⁽¹⁹⁾ 1936 quando foi demarcada para 987.000 km², ou seja, existem atualmente 24 milhões de pessoas vivendo na área o que significa 70% da população total do Nordeste que é de 34 milhões conforme noticiou a VEJA. ⁽²⁰⁾

Em termos de medidas adotadas para o problema assistimos ao mesmo filme de 1920 ou seja, abertura de frentes de trabalho que empregam atualmente, 1,3 milhões de trabalhadores e onde o governo já investiu cerca de 390 bilhões de cruzeiros. O que significa dizer "nada". Essa é a palavra que dá o valor das frentes. O caráter massificador de concentrar o homem no campo, completamente passivo, que têm as frentes, é reconhecido até pela imprensa oficial que declara: "(...) há uma multidão, hoje, dedicada, (...), a cavar buracos no Nordeste. Triste é que certamente a maior parte desses buracos não levará a resultado algum, ou será abandonada pela metade - e a SUDENE, na próxima seca, será obrigada a recorrer aos 3.087 carros-pipas que, hoje, socorrem a região. O problema dos programas de emergência é que carreiam bilhões em recursos para resolver situações de momento, mas não preparam o futuro."⁽²¹⁾

Essa cantiga se ouve desde os idos de José Américo que dizia: "Era o mal crônico dos serviços públicos. As sanguessugas do afilhadismo, o emprego das medidas, a descontinuidade dos planos, a intervenção dos interesses dispersivos - tudo disvirtuava e impedia o programa de melhoria das condições do Nordeste". E mais ainda: "A seca só impressionava com o clamor da fome e as agonias da peste. Os nossos dirigentes não compreendiam que seria mais humano evitar, de vez, esse quadro sinistro, do que acorrer no momento aflitivo".⁽²²⁾

A açudagem como saída viável retorna ao ponto de execução, onde como citei, são gastos bilhões de cruzeiros em vão, quando na realidade não existe o menor interesse de se fazer viável a economia nordestina.

Assim, torna-se "palpitante" a seca na medida que faz emergir as contradições sociais, consequências da má política nordestina chamada como decadente e que na realidade acirra ainda mais seu poderio econômico - a estrutura fundiária -, seu poderio político e social, na medida em que a seca, (como disse RAIMUNDO SANTA HELENA), pro fazendeiro é lucro pois "a maioria do pessoal que planta de meia para o fazendeiro, vende a metade que lhe pertence na folha, ou seja, antes de produzir. Quando vem a seca, não pode pagar, pois não houve produção. Fica um débito com o fazendeiro. Ao ser engajado nas frentes tinha parte do salário descontado, em razão de dívidas contraídas.

Logo o saldo final para o trabalhador é sua tênue esperança que chova, que o São Francisco do Canindé se apiede deles. É aqui onde sentimos a falta de consciência social e política desse povo. Também, acho é por demais, cobrar desse povo "consciência", no que a VEJA chamou de "País das Tonteiras", pois a fome faz Severinos, Antonios, Chicos, Joãos e Josés caírem diariamente nas frentes de trabalho sem que se tome providências.

E não é só o drama do trabalhador individualmente, este tem mulher e filhos que são numerosos, verminosos, subnutridos e que têm além de que trabalhar nas frentes para ajudar em casa. São dezenas de crianças que mal chegam aos dois primeiros anos de vida.

Acredito ser esse o momento de se por fim as famigeradas frentes, as humilhantes campanhas pelos veículos de comunicação, a sórdida politicalha que é feita com os carros-

-pipas, que por míseras gorjetas põem água nas grandes propriedades e deixam o povo morrer à mingua, a subnutrição, ao altíssimo índice de mortalidade infantil, acabando assim com o "país das tonteiras", vítima da grande máquina imperialista mau-administrada de um país periférico sub-desenvolvido possuidor de uma das maiores usinas de dívida externa do mundo.

4. ALTERNATIVAS E A CONSEQUENTE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Quando se fala em alternativa para o problema nordestino surge a mais discutida das questões, a da reforma agrária. E como seria então uma reforma agrária para o Nordeste proposta pelos mais amplos setores políticos do país?

Seria uma reforma dirigida para o benefício da massa trabalhadora rural fundamentada em dois pontos básicos que são: a concentração da propriedade fundiária e a utilização que é feita da terra em benefício de uma minoria.

A concentração da propriedade fundiária representa, dentro da visão dos que pregam essa reforma agrária, o mal maior que gera toda a pobreza e miséria da população rural. Na medida em que o grande proprietário só visa maior lucro para a sua atividade pecuária e maior produtividade, ele tende a incorporar cada vez mais os minifúndios às suas terras, sendo essa, a prática mais comum de concentração territorial.

Daí acentuar-se o chamado "dualismo"⁽²³⁾ da economia agrária nacional, que faz existir de um lado a população trabalhadora que funciona como fornecedora efetiva ou po

tencial de mão-de-obra, com sua já quase que extinta produção de gêneros de subsistência. Ora, poderia-se até afirmar que essa teoria agrária que aponta o chamado dualismo pretende mais é confundir os menos avisados que lêem o programa dessa "reforma agrária". Na medida em que ela aponta o óbvio ou seja, se existe, uma minoria que concentra os meios de produção, logicamente existe ao seu julgo uma maioria pobre, destituída desses meios. Assim se no Nordeste o grande latifúndio agro-pecuarista predomina com um nível de produção rentável, é as custas da apropriação indevida, ilegal e violenta que faz, desapropriando minifúndios circunvizinhos e liberando mão-de-obra que nesta atividade é mínima, comparada a monocultura da grande lavoura.

Tenta, então essa teoria desviar o raciocínio para a análise das contradições sociais gritantes no campo, gerada por esse "dualismo" fazendo com que chegue-se a pensar que essa "reforma agrária" é a ideal e a alternativa mais viável para melhorar as condições de vida do trabalhador. Sabe-se que por trás destas desapropriações não circulam indenizações ao minifúndio e nem garantias trabalhistas alguma, o que existe de concreto é uma "expulsão" de trabalhadores rurais de suas roças de subsistência e o pequeno proprietário sofre do mesmo tratamento.

Para usurpar a terra o latifundiário utiliza os mais diversificados mecanismos de arbítrio entre os quais destruição dos roçados com a soltura de rebanhos, pelo emprego de força policial, quando não usam suas próprias guardas particulares formadas de jagunços. Não esquecer todo o aparato jurídico-político a serviço do latifúndio.

A concentração de terras trabalhadas pela mão-de-obra volante se constitui fator de rentabilidade para o latifundiário. Acrescente-se a essa realidade o fato de não haver interesse de se utilizar uma tecnologia na produção agrícola por se contar com uma disponibilidade de trabalhadores a baixos custos.

Em contraposição a esta situação os "entendidos" do assunto propõem uma "reforma agrária" que viria elevar as condições de vida da população rural e integrá-la em padrões humanos de sobrevivência subtraindo a importância comercial da terra e atribuindo-lhe maior valorização como fornecedora da subsistência da camada social majoritária do "hinterland". Seria uma reforma a ser feita dentro de duas determinações fundamentais, quais sejam: a extensão da proteção legal ao trabalhador rural com uma Legislação Social-Trabalhista, e a facilidade do acesso à propriedade e uso da terra para a população rural, desconcentrando assim, a propriedade fundiária.

A legislação trabalhista deve ter em conta, questões da maior significância para o trabalhador rural como: o salário, as condições de habitação, a alimentação, e legalização de direitos e deveres entre o proprietário e o trabalhador. A questão salarial visaria primordialmente as mais variadas formas de pagamento existentes no Nordeste tais como o "cambão" e "meia", que são feitas basicamente na troca de gêneros in natura com a divisão da produção e a obrigatoriedade de prestação de dia de serviço ao grande proprietário em sua lavoura ou atividade principal. Seria o caso então de se estabelecer uma legislação salarial de acordo com a atividade e as

áreas de cultivo.

As questões de alimentação e das condições de habitação estariam intrinsecamente ligadas, pois ao se propor a reforma agrária a "elevar as condições de vida humana do trabalhador rural", implicaria que esta iria oferecer à esse trabalhador habitação, higiene, alimentação e vestuário, já que nas condições a que ele fica reduzido sem terra, portando unicamente sua forma de trabalho, uma elevação nos seus padrões de sobrevivência implicaria numa transformação radical no seu modo de vida. Mais não poderia ficar a Legislação só por aí, ela tem a obrigatoriedade de assegurar os direitos do trabalhador. Não é só estabelecer leis, é fazer cumprí-las.

Subtrair da grande propriedade algumas parcelas para distribuí-las por arrendamento a um reduzido número de agricultores nada resolve, pois a maioria continha sem acesso a terra. A solução seria redistribuir as terras para os que nelas trabalham reordenando a agricultura de modo a atender sobretudo as necessidades do mercado interior, anulando as disparidades regionais.

A Reforma Agrária então "limitaria os efeitos da propriedade privada de maneira a impedir que os direitos do proprietário não ultrapassem as relações patrão e empregado. O problema da subutilização das terras seria sanado com o estabelecimento de "normas de utilização adequada através da fixação de níveis mínimos de aproveitamento e produtividade para as diferentes produções e regiões" por intermédio de uma tributação territorial, que também desconcentraria as terras dos grandes latifundiários na medida em que açambarcaria as terras

que por eles não estavam sendo utilizadas, propondo ainda a reforma uma comissão na Justiça do Trabalho para dar formação a uma Justiça do Trabalhador Rural independente da primeira por ser a mesma inaplicável ao trabalhador rural, pois nela são estabelecidas normas de acordo com as conveniências do trabalhador urbano que quase, ou, nada tem a ver com a população trabalhadora da "hinterlandia"

Para execução de tais medidas criaram-se comissões locais com a finalidade de fazer serem as medidas executadas de acordo com os preceitos da "reforma agrária" promovendo a desapropriação e divisão de terras, e o pronto cumprimento dos regulamentos que dizem respeito as obrigações do proprietário para com o trabalhador rural. As comissões estariam subordinadas a departamentos regionais e/ou estaduais, que por sua vez estariam sob o mando direto de um órgão autárquico nacional com sede na capital do país. Como toda medida para o Nordeste esta tem por fim criar uma rede de empreguismo para afilhados locais e regionais, do mais humilde até o mais merecedor que terá o seu futuro garantido no órgão matriz na capital do país. Seria o mesmo que propor o fechamento do DNOCS e abrir em seu lugar o DNEP - Departamento Nacional de Empreguismo Político.

X Como vimos não se trata de uma anomalia fenomenológica geo-física que determina a pobreza e as péssimas e quase inexistentes condições de vida do trabalhador rural e sim, é toda uma estrutura agrária de concentração territorial que tem como causa e consequência uma estrutura social deformada onde "coronéis" grandes oligarcas têm sob as patas dos seus ca

valos populações imensas de famílias sob um julgo imaginado su plantado pelas inovações tecnológicas ocorridas na agro-pecuária, inovações essas que vem confirmar a teoria defendida por alguns autores de que não adianta mudar as bases técnicas da agricultura do Nordeste enquanto não se derem as inovações e reformulações sociais.

Fica patente que o discurso é o mesmo: reforma agrária. Mais o que vai nas entrelinhas desses discursos é o que nos importa.

Não estou aqui para propor a fórmula mágica, tentei dentro das minhas limitações coordenar as principais diretrizes da política e da "indústria da seca".

Assim como foram as ligas camponesas um desperX tar para a tomada de consciência do camponês de sua condição de miséria e de seus direitos, esperemos que a seca contínua e causticante, não continue como vai, aliciando mais e mais au tômatos que se deixam conduzir por um saco contendo 1 kg de feijão, 1 kg de farinha, 1 kg de açúcar, 2 pacotes de macar rão e 2 de fubá, dando 08 horas de trabalho - até mais, afora a caminhada - numa frente de trabalho que representa um empre endimento nulo, de caráter dispendioso e de segurança nacio nal, na medida em que evita o êxodo que leva a aglomeração ur bana com consequentes ebulições sociais, inibindo assim as frentes o contra-ataque do trabalhador nordestino.

CONCLUSÕES

Do estudo sobre a política adotada para o Nordeste, sintetizamos alguns pontos considerados por nós, essenciais à compreensão das etapas de suas realizações e os saldos conquistados positivos ou negativos.

A priori, somos quase levados a afirmar que, os saldos positivos foram os insignificantes, considerando-se que:

- O estado de calamidade em que se encontra o Nordeste de hoje, observando-se a continuidade da miséria do passado se repetir no presente. O processo de desgaste de energia das populações trabalhadoras do Nordeste transcende já a sua área e explode em índice de mortalidade infantil no estado mais desenvolvido do país, que assuntam os órgãos internacionais.
- As favelas, as pontas de ruas e outros logradouros que concentram a população nordestina emigradora para centros urbanos na expectativa de uma oportunidade, se constitui um desafio à realidade brasileira que merece reflexão.

- A primeira que se nos apresenta é com relação a inoperância da política e dos órgãos criados para solucionar os problemas nordestinos.
- A seca um fenômeno climático, embora não responsável pela crise social, em períodos cíclicos revela uma dimensão dan-tesca da situação nordestina.
- A indústria da seca, instrumento nas mãos de políticos constitui plataformas mágicas de períodos eleitoreiros inclusive utilizada para manipular emprêgos e favorecer o partido situacionista que ainda nos dias presentes conta com o grande curral eleitoral nordestino.
- A partir da Comissão criada em 1877-79 que contou com a presença de técnicos e engenheiros formados nas escolas positivistas, primou-se pela construção de obras dispendiosas, tecnicamente avançadas, sob a orientação de especialistas estrangeiros.
- O caráter imediatista que sempre vigorou na política governamental, gerou um saldo de competição, desvios de verbas, falsificação de folhas de pagamento aos trabalhadores, o empreguismo que se perpetua até o presente, desacreditando o governo e seus órgãos.
- As alternativas ditadas como soluções para o Nordeste se repetem há mais de um século, o que demonstra o arcaísmo delas ao serem retomadas pela SUDENE.
- Exceto a SUDENE todos os órgãos criados e iniciativas realizadas em favor do Nordeste foram concretizadas como atos de força através de decretos.

- Na realidade, infelizmente concluimos que o saldo das ini
ciativas políticas relativas ao Nordeste foram inócuas, se
bem que delas, poucos tiraram bons proveitos.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 01) A política imperialista se caracteriza, em linhas gerais pela dominação econômica de áreas territoriais, fornecedoras de matéria-prima, necessárias às nações industrializadas, que passam a interferir na política dos países pobres e em desenvolvimento, inclusive investindo capital e bens de produção.
- 02) A Lei de Abolição do Tráfico de 05.09.1850, implicava a substituição do trabalhador escravo pelo livre. A política do Governo Imperial estimulou a vinda de imigrantes, como uma alternativa de trabalhador nas fazendas de café.
- 03) Ao ser reconhecido o poder local dos coronéis houve um tácito acordo entre eles e os governantes da Nação, porquanto os partidos situacionistas para perpetuarem-se no poder conciliaram com os coronéis que detinham os votos em seus currais eleitorais. Vide Victor Nunes Leal. Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1973, em essencial o Capítulo VII p. 251-258.
- 04) Desde as primeiras décadas do século XX que as tensões sociais nas cidades brasileiras se apresentaram uma constante. Iniciava-se as criações de sindicatos que promoviam greves e outras manifestações, em favor das classes trabalhadoras brasileiras, e até mesmo a criação do Partido Comunista (1922) de conotação ideológica contrária aos obje

tivos dos políticos situacionistas.

- 05) A instalação do Estado Novo (1937) inaugura uma política autoritária centralizadora em oposição ao Federalismo, o que de certo modo surpreendeu o Poder dos Coronéis, restringindo sua atuação, sobretudo porque a Ditadura Getulista eliminou o poder legislativo.
- 06) Entre os estudiosos do fenômeno da seca no Nordeste destacam-se sociólogos, historiadores, geógrafos, economistas, tais como: MENEZES, Djacir. O outro nordeste (Formação social do Nordeste) 1937; CASTRO, Josué de. Geografia da Fome (o dilema brasileiro: Pão de Açúcar) 10.^a ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1967. BARBOSA, Orris. Secca de 32 (Impressão sobre a crise nordestina). Rio de Janeiro EDERSON, Editores 1935. SUDENE. Assessoria Técnica. Caráter e Efeitos da Seca Nordestina de 1970. Recife 1973. Pesquisa e Estudos realizados pelo SIRAC - Serviços Integrados de Assessoria e Consulta; COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento (O processo de criação da SUDENE). Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. São Paulo, Editora Perspectiva S.A. 1976; Presidência da República. Conselho do Desenvolvimento. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, Diagnóstico Preliminar da Economia do Nordeste, Rio de Janeiro 1958; FERREIRA, Lúcia de Fátima. In José Américo e a Cultura Regional. Introdução José Octávio de Arruda Mello, João Pessoa 1983. Estrutura de Poder e secas na Paraíba: 1877-1922. Publicação Fundação Casa de José Américo; ALMEIDA, José Américo de. A Paraíba e seus problemas. Int. José Honório Rodrigues. 3 ed. Revista. João

Pessoa, União Cia. Editora. 1980.

- 07) FERREIRA, Lúcia de Fátima. In José Américo e a cultura regional. Introdução José Octávio de Arruda Mello, João Pessoa, 1983. Estrutura de Poder e Secas na Paraíba:1877-1922, Publicação Fundação Casa de José Américo.
- 08) ALMEIDA, José Américo. A Paraíba e seus problemas. Int. José Honório Rodrigues. 3 ed. Revista João Pessoa, A União Cia Editora, 1980.
- 09) A IFOCS (1918) substituiu a IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas; instituída no Governo de Nilo Peçanha em 21 de outubro de 1909.
- 10) Com o surto da borracha na Amazônia houve uma correspondente migração da população nordestina para o trabalho nos seringais. Este êxodo recebeu inclusive o apoio do Governo Central, que custeou o deslocamento do homem rural do Nordeste, para zonas pantanosas e pestilentas, onde poucos resistiram e retornaram.
- 11) ALMEIDA, José Américo de. A Paraíba e seus problemas. 3 ed. revista. João Pessoa, União Cia Editora, 1980. p. 323.
- 12) Cf. obra citada p. 329.
- 13) Idem p. 356.

- 14) BARBOSA, Orris. Secca de 32 (Impressões sobre a crise nordestina) Rio de Janeiro. Adersen Editores, 1932. p. 78.
- 15) Cf. obra citada páginas 78. 79 e 81.
- 16) HALL, Anthony. Irrigação para vencer a seca: O caso do Nordeste do Brasil. In BAER, Werner e outros. Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro. Edit. Campas, 1978 p. 07-10 (texto mimeógra).
- 17) FERREIRA, Lúcia de Fátima op. citada.
- 18) Segundo Victor Nunes Leal, o coronelismo seria então um sistema político dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido, seu habitat são os municípios do interior. In Leal, Victor Nunes. Cap. VII p. 251-258.
- 19) Segundo Amélia Cohn "A demarcação com a conseqüente denominação do "Polígono das secas foi feita em decorrência das necessidades de se definir qual a área do Nordeste atingida pela sêca para que se pudesse enviar as verbas" In Cohn, Amélia. Crise Regional e Planejamento (O Processo de Criação da SUDENE) Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. São Paulo, Editora Perspectiva S.A. 1976. Debates, 117.
- 20) Revista Veja nº 780. 17 de agosto de 1983. In Especial "A Tortura da Seca" pp. 56/66. Editora Abril, 1976.

21) Idem p. 58

22) ALMEIDA, José Américo, op. cit. pp. 324, 325.

23) PRADO Júnior, Caio. A questão agrária no Brasil. 2. ed.
São Paulo. Editora Brasiliense. 1979.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, José Américo de. A Paraíba e seus Problemas. 3 ed. revista. Int. José Honório Rodrigues, João Pessoa, UNIÃO Cia. Editora. 1980.
- BARBOSA, Osires. Seccas de 32; impressões sobre a crise nordestina. Rio de Janeiro, Livros de Edersen-Editores, 1935.
- BRASIL/SUDENE. Assessoria Técnica. Caráter e efeitos da seca nordestina de 1970. Recife, 1973. (Serviços Integrados de Assessoria e Consultoria - SIRAC).
- CAMARGO, Aspasia de Aclântara. A questão agrária; crise de poder e reformas de bases, 1930-1964. In: História Geral da Civilização. 2 ed. L 10. v. 3. T.3. Rio de Janeiro, DIFE'L, 1981. p. 123 - 224.
- CARONE, Edgard. A Primeira República (1889-1930). Texto e contexto. São Paulo, DIFEL. 1969. p. 67-121. (Col. Corpo e Alma do Brasil - 29).
- CASTRO, Josué de. Geografia da Fome; o dilema brasileiro: pão ou aço. 10 ed. São Paulo, Brasiliense, 1967. p. 155-245 e 263-290.
- COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento (O processo de criação da SUDENE). São Paulo, Editora Perspectiva, S.A. 1976. Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia).

DOUGLAS, Teixeira Monteiro. Confronto entre juazeiro, canudos e contestado. In: História da Civilização Brasileira. 2 ed. L. p. V.2. T.3. Rio de Janeiro, DIFEL, 1978. p. 39-92.

FACÓ, Rui. Cangaceiros e Fanáticos; gênese e lutas. 6 ed. Rio de Janeiro, Civilização, 1980. (Edições Universidade Federal do Ceará).

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. A indústria da seca na Paraíba, 1877/1922. In: José Américo e a Cultura Regional. Int. e Org. de José Octávio. João Pessoa, Fundação Casa de José Américo, 1983.

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Boris Fausto (dir.); Rio de Janeiro, DIFEL, v. 2. T.3. p. 39-92; v. 1. T.3. p. 153-190, v. 10.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil. Pref. de Barbosa Lima So rinho. São Paulo, ALFA/OMEGA, 1976. p. 251-258.

MENEZES, Djacir. O outro nordeste; ensaio sobre a evolução social e política no Nordeste da "Civilização do Couro" e suas implicações históricas nos problemas gerais. 2 ed. re fundida e aumentada. Rio de Janeiro, Editora Artenova Ltda. 1970.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz & Terra. 1981.

PRADO, Junior Caio. A Questão Agrária no Brasil. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DA ECONOMIA DO NORDESTE, Rio de Janeiro, Grupo de Trabalho para o desenvolvimento da economia do Nordeste. 1958. (Conselho do Desenvolvimento).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. 2. ed. L.8. v. 2. T.3. p. 153-190.